JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.10.28 08:47:02 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 28, 29 e 30 de outubro de 2023 • Nº 1673 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

FGV

Confiança da indústria cai pela quinta vez seguida

A piora na percepção para os próximos meses puxou o quinto recuo mensal consecutivo da confiança da indústria, registrado em outubro, pela Fundação Getúlio Vargas. No mês, o Índice de Expectativas (IE) recuou 1,6 ponto, para 90,8 pontos, o pior resultado desde julho de 2020 (90,5 pontos). "A maioria dos segmentos reduz sua projeção de produção, dado o nível elevado dos estoques e o fraco nível de demanda", afirma o economista do Ibre/FGV Stéfano Pacini, em nota. Ele avalia que, apesar da melhora do cenário macroeconômico, as taxas de juros e o endividamento ainda se mantêm em patamares elevados, fatores que dificultam o reaquecimento da demanda. "O efeito do início do ciclo de quedas na taxa de juros e das medidas governamentais com o intuito de reduzir o endividamento ainda não surtiram efeito na demanda por bens industriais e isso tem limitado a recuperação da confiança do setor", emenda. Nas aberturas do indicador de expectativas, o ímpeto sobre as contratações recuou 2,7 pontos em outubro, para 94,3 pontos, também o menor nível desde julho de 2020 (93 pontos), já a produção prevista caiu 1,9 ponto, para 90,1 pontos, o menor nível desde abril de 2021 (86,6 pontos). Houve, em contrapartida, acomodação da tendência dos negócios para os próximos seis meses, com alta de 0,2 ponto, para 88,6 pontos – o indicador permanece abaixo dos 100 pontos desde setembro de 2021 (102,7 pontos). A sondagem coletou informações de 1,113 mil empresas, entre os dias 1º e 24 de outubro. No mês, o Índice de Confiança da Indústria (ICI) do FGV Ibre cedeu 0,2 ponto, para 90,8 pontos, o menor nível desde agosto de 2020 (89,8 pontos). Em médias móveis trimestrais, o índice recuou 0,3 ponto, para 91,1 pontos, acumulando seu quinto resultado negativo. PÁGINA 2

TESOURO

Governo central tem superávit de R$ 11,548 bilhões em setembro

Após quatro meses no vermelho, as contas do Governo Central voltaram a registrar superávit primário em setembro. No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas ficou positiva em R$ 11,548 bilhões. O resultado sucedeu o déficit de R$ 26,350 bilhões em agosto. O saldo – que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – foi o melhor desempenho em termos nominais para o mês desde 2010, quando registrou superávit de 25,946 bilhões, em valores nominais. Em setembro de 2022, o resultado havia sido positivo em R$ 10,936 bilhões. O resultado do mês passado ficou acima da mediana das expectativas do mercado financeiro, que apontava um saldo positivo de R$ 10,505 bilhões, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast. PÁGINA 2

ORÇAMENTO

RAFA NEDDERMEYER/ABRASIL

'Dificilmente chegaremos à meta de déficit zero em 2024', diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) afirmou nesta sexta-feira que "dificilmente" o governo cumprirá a meta de zerar o déficit primário (resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública) em 2024. Durante café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, Lula disse que não quer fazer corte em investimentos em obras. "Tudo que a gente puder fazer para cumprir a meta fiscal a gente vai cumprir. O que eu posso dizer é que ela não precisa ser zero, o país não precisa disso. Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue a começar o ano fazendo corte de bilhões nas obras que são prioritárias para esse país. Eu acho que muitas vezes o mercado é ganancioso demais e fica cobrando uma meta que ele sabe que não vai ser cumprida", disse o presidente. "E se o Brasil tiver déficit de 0,5%, de 0,25%, o que é? Nada", acrescentou Lula. PÁGINA 4

COMPROMISSO

Acordo contra o crime une o Brasil e o Paraguai

PÁGINA 4

FGV AGRO

Alimentos puxam alta da agroindústria

A produção agroindustrial no Brasil avançou 2,5% em agosto em relação a igual mês de 2022, informou nesta sexta-feira a FGV Agro, que calcula o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro). Segundo a instituição, "foi o melhor mês de agosto dos últimos sete anos" e a expansão da agroindústria ocorreu exclusivamente pelo avanço do segmento de produtos alimentícios e bebidas, cuja alta foi de 6,2%. O segmento de produtos não-alimentícios, por sua vez, registrou novamente contração, de 1,7%. "Como consequência do bom resultado do mês de agosto, a agroindústria reduziu suas perdas no acumulado de 2023. Até julho, a contração era de (-0,9%) e foi reduzida para (-0,4%)", informou a FGV Agro. "Por pouco, a produção agroindustrial não entrou para o campo positivo", cita a instituição. "Claramente, a agroindústria melhorou neste último mês." A FGV Agro avalia ainda que dentro do setor de produtos alimentícios, o de alimentos de origem vegetal cresceu 15,8%, representando a sexta expansão interanual consecutiva e "o melhor mês de agosto desde 2010". PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: -1,29% / 113.301,35 / -1.475,51 / Volume: R$ 23.091.086.772 / Negócios: 3.334.594

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
USIMINAS PNA N1	6.23	+4.18	+0.25
VALE ON NM	67.57	+3.48	+2.27
BRADESPAR PN N1	21.89	+2.24	+0.48
SID NACIONALON	11.37	+0.71	+0.08
GERDAU PN N1	21.84	+0.14	+0.03

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
HYPERA ON NM	31.37	–8.25	–2.82
GRUPO SOMA ON NM	5.270	–6.89	–0.390
GOL PN N2	7.77	–5.59	–0.46
HAPVIDA ON NM	3.74	–4.35	–0.17
GRUPO NATURAON NM	12.49	–4.66	–0.61

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	67.57	+3.48	+2.27
PETROBRAS PN N2	35.44	–0.73	–0.26
SUZANO S.A. ON NM	51.92	–1.50	–0.79
ITAUUNIBANCOPN N1	27.30	–1.48	–0.41
BRADESCO PN N1	14.35	–1.03	–0.15

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	32.417,59	-1,12
NASDAQ Composite	12.643,011	+0,38
CAC 40	6.795,38	-1,36
FTSE 100	7.291,28	-0,86
DAX	14.687,41	-0,30
Ftse Mib	27.287,45	-0,80

Salário mínimo	R$ 1.320,00	**IGP-M**	0,37% (set.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA**	0,26% (set.)	Compra: 5,3203	Venda: 5,5003
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(02/08)	12,75%	(02/08)	12,65%	Compra: 4,9480	-1,15%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(27/10)	0,6081%	BM&F/grama	R$ 312,12	Compra: 5,0120	Venda: 4,9896
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(27/10)	0,1076%	Compra: 5,0124	Venda: 5,1924	Compra: 5,0148	Venda: 5,0126

MERCADOS

Ibovespa cai 1,29% na sexta, e fecha semana com ganho de 0,13%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A fala do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a meta de déficit zero para as contas públicas em 2024 sobressaltou o mercado na tarde desta sexta-feira, invertendo o sinal do dólar e dos DIs futuros na sessão e carregando consigo o Ibovespa que, até então, operava entre leves avanços e recuos. Ao fim, o índice da B3 mostrava queda de 1,29%, aos 113.301,35 pontos, renovando mínimas do meio para o fim da tarde, o que limitou a alta da semana a 0,13%, após perda de 2,25% acumulada na anterior.

No piso da sessão, o Ibovespa cedeu nesta sexta 1,59%, aos 112 953,38 pontos. No mês, o índice da B3 cai 2,80%, limitando o avanço do ano a 3,25%. O giro financeiro desta sexta-feira foi a R$ 23 bilhões. A queda do Ibovespa sucedeu alta de 1,73% na sessão anterior, que o havia devolvido aos 114,7 mil pontos.

Em encontro nesta sexta-feira com a imprensa em Brasília, Lula, que completou 78 anos, afirmou que o mercado é "ganancioso" por cobrar meta de resultado primário do governo, a qual, segundo ele, não será cumprida por não fazer "sentido". A declaração – no mesmo dia em que o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, havia reiterado, de manhã, compromisso da equipe econômica com o cumprimento da meta – agitou a última sessão da semana, até então modorrenta.

Aos jornalistas, Lula disse que eventual déficit primário de 0,25% ou 0,5% do PIB seria algo como "nada", e que o saldo do próximo ano "não precisa ser zero". Ele também indicou que não gostaria de iniciar o próximo ano cortando bilhões em obras "prioritárias" para o Brasil. O sinal de Lula vem na semana em que precisou trocar o comando da Caixa Econômica Federal para abrir mais espaço ao Centrão na base de apoio ao governo – em paralelo, a agenda econômica deu passos à frente na semana, na Câmara como no Senado.

As palavras de Lula nesta sexta-feira foram vistas pelo mercado, majoritariamente, como um sinal contrário aos esforços empreendidos pela equipe comandada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "É um tremendo desprestígio ao trabalho que o ministro está fazendo, buscando junto ao Congresso trabalhar o lado da receita e defendendo a meta zero como mecanismo de convergência entre as políticas fiscal e monetária", avalia o ex-secretário do Tesouro e sócio-fundador da Oriz Partners, Carlos Kawall, conforme relato do jornalista Cícero Co. trim, do Broadcast.

"A fala de hoje (sexta-feira) não é novidade para ninguém, apenas reforça o discurso de preservação dos investimentos públicos, em linha com as diretrizes do atual governo", contrapõe o economista-chefe da Warren Rena e ex-secretário da Fazenda de São Paulo, Felipe Salto, em nota.

"As palavras do presidente deveriam ser na mesma direção, em apoio ao que o ministro Haddad tem buscado fazer. Haddad tem ajudado inclusive na interlocução com o Congresso. Nesta semana, houve avanços na pauta econômica, na Câmara e no Senado. E o que transparece, na fala do presidente, é a linha conhecida do PT, que se sabe de que forma trabalha com relação a gastos públicos", diz Cesar Mikail, gestor de renda variável da Western Asset.

Ele observa que o ruído doméstico emerge em momento de forte volatilidade nos juros longos dos Estados Unidos, especialmente no vencimento de 10 anos, prazo no qual, nesta semana, as taxas tocaram a marca de 5% – o que espelha não apenas as dúvidas quanto ao espaço adicional para ajuste restritivo da política monetária nos Estados Unidos, como também algum incômodo do mercado com relação ao viés, ainda expansionista, da política fiscal por lá.

"Além do que reflete a incerteza sobre até onde irá a alta de juros nos Estados Unidos. Parte das empresas americanas, como visto nesta semana em números da Alphabet, do Morgan Stanley e do Goldman Sachs, apresentaram resultados trimestrais mais fracos, o que contribuiu também para que o S&P 500 perdesse o nível de 4,2 mil pontos. Há percepção de que uma demanda mais fraca dos consumidores, nesse ambiente de juros altos, esteja começando a bater nas empresas", acrescenta o gestor, observando também que os juros das hipotecas estão em níveis não vistos desde 2000.

Outro fator de dúvida que tem se imposto desde o ataque do Hamas a Israel no último dia 7 é o efeito que o conflito, ainda sem desfecho previsível, trará aos preços do petróleo, uma das correntes de transmissão mais potentes quando se trata de inflação global.

Nesse contexto, em que o escrutínio dos resultados corporativos se combina ao acompanhamento de cenário macro volátil, especialmente no exterior, as ações de Petrobras (ON -0,72%, PN -0,73%) voltaram a se descolar nesta sexta do sinal do petróleo, em alta na casa de 2% para o Brent e o WTI na sessão, em semana na qual o mercado ponderou mudanças propostas ao estatuto da empresa, consideradas com desconfiança pelo efeito que podem trazer à governança da estatal. Assim, na semana, Petrobras ON e PN cederam, respectivamente, 5,71% e 6,37 – acima de perdas na casa de 2% a 3% para o petróleo no mesmo intervalo.

Mirando a perspectiva para a mineradora no quarto trimestre, em meio a alguns sinais mais favoráveis sobre a demanda asiática, a ação da Vale fechou em alta de 3,48%, no dia seguinte ao balanço do terceiro trimestre. O papel da mineradora foi um dos sete da carteira de 86 ações do Ibovespa que conseguiram fechar o dia em alta, ao lado de Usiminas (4,18%) e Bradespar (2,24%). Na ponta perdedora do índice de referência da B3, destaque nesta sexta-feira para Hypera (-8,25%), Soma (-6,89%) e Gol (-5,59%). Entre os grandes bancos, as perdas na sessão ficaram entre 1,03% (Bradesco PN) e 2,54% (Banco do Brasil ON).

TESOURO

Governo central registra superávit de R$ 11,548 bi

EDUARDO RODRIGUES, FERNANDA TRISOTTO E AMANDA PUPO/AE

Após quatro meses no vermelho, as contas do Governo Central voltaram a registrar superávit primário em setembro. No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas ficou positiva em R$ 11,548 bilhões. O resultado sucedeu o déficit de R$ 26,350 bilhões em agosto.

O saldo – que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – foi o melhor desempenho em termos nominais para o mês desde 2010, quando registrou superávit de 25,946 bilhões, em valores nominais. Em setembro de 2022, o resultado havia sido positivo em R$ 10,936 bilhões.

O resultado do mês passado ficou acima da mediana das expectativas do mercado financeiro, que apontava um saldo positivo de R$ 10,505 bilhões, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast. O dado de setembro ficou dentro do intervalo das estimativas, que eram de déficit de R$ 8,90 bilhões a superávit de R$ 13,70 bilhões.

No acumulado do ano até setembro, o Governo Central registrou déficit de R$ 93,376 bilhões, o pior resultado desde 2020. Em igual período do ano passado, esse mesmo resultado era positivo em R$ 33,822 bilhões.

Em setembro, as receitas tiveram alta real de 7,7% em relação a igual mês do ano passado. No acumulado do ano, houve baixa de 4,4%. Já as despesas subiram 11,5% em setembro, já descontada a inflação. No acumulado de 2023, a variação foi positiva em 5,2%

Em 12 meses até setembro, o Governo Central apresenta um déficit de R$ 71,4 bilhões – equivalente a 0,7% do PIB. A meta fiscal ajustada para 2023 admite um rombo primário de até R$ 216,4 bilhões. No último Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, publicado em setembro, o Ministério do Planejamento e Orçamento estimou um resultado deficitário de R$ 141,4 bilhões nas contas deste ano, equivalentes a 1,3% do PIB. A equipe técnica da Fazenda tem insistido que o governo ainda mira um déficit de 1% do PIB em 2023.

RELATÓRIO

Cada R$ 1 de reajuste no salário mínimo representará um aumento de R$ 349,9 milhões nas despesas do governo em 2024, diz o Relatório de Riscos Fiscais da União publicado nesta sexta-feira pelo Tesouro Nacional. O documento, que é anual, também aponta para o peso da inflação medida pelo INPC, que afeta o reajuste da maioria dos benefícios.

"Cada real de aumento no salário mínimo gera um incremento, em 2024, de R$ 394,9 milhões ao ano nas despesas do Governo Central e um aumento de R$ 6,3 milhões na arrecadação previdenciária, resultando em redução líquida de R$ 388,6 milhões no resultado do Governo Central de 2024", diz o documento.

Em relação ao INPC, o relatório do Tesouro aponta que esse é o indicador que afeta o reajuste de um número maior de beneficiários e em 2024 isso deve gerar um acréscimo de R$ 1,007 bilhão nas despesas do Governo Central e uma elevação de R$ 8,4 milhões na arrecadação previdenciária. Como resultado, haverá uma diminuição líquida de R$ 999 milhões no resultado do Governo Central de 2024.

O salário mínimo é um indexador para as contas públicas, porque sua elevação automaticamente aumenta os custos da previdência e de alguns benefícios assistenciais e trabalhistas. Para 2024, o aumento de R$ 1 no salário mínimo terá um impacto líquido de R$ 262,9 milhões no déficit do INSS, de R$ 70,5 milhões nos benefícios assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e de R$ 55,2 milhões nos benefícios do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), como o seguro-desemprego e abono salarial.

O governo Lula, que perseguirá a meta de primário zero nas contas públicas em 2024, aprovou neste ano uma nova lei de valorização do salário mínimo, que prevê reajustes anuais com ganho real para os trabalhadores – ou seja, acima da inflação.

INDÚSTRIA

Índice de confiança mostra a quinta queda seguida, diz FGV

MARIANNA GUALTER/AE

A piora na percepção para os próximos meses puxou o quinto recuo mensal consecutivo da confiança da indústria, registrado em outubro, pela Fundação Getúlio Vargas. No mês, o Índice de Expectativas (IE) recuou 1,6 ponto, para 90,8 pontos, o pior resultado desde julho de 2020 (90,5 pontos).

"A maioria dos segmentos reduz sua projeção de produção, dado o nível elevado dos estoques e o fraco nível de demanda", afirma o economista do Ibre/FGV Stéfano Pacini, em nota. Ele avalia que, apesar da melhora do cenário macroeconômico, as taxas de juros e o endividamento ainda se mantêm em patamares elevados, fatores que dificultam o reaquecimento da demanda.

"O efeito do início do ciclo de quedas na taxa de juros e das medidas governamentais com o intuito de reduzir o endividamento ainda não surtiram efeito na demanda por bens industriais e isso tem limitado a recuperação da confiança do setor", emenda.

Nas aberturas do indicador de expectativas, o ímpeto sobre as contratações recuou 2,7 pontos em outubro, para 94,3 pontos, também o menor nível desde julho de 2020 (93 pontos), já a produção prevista caiu 1,9 ponto, para 90,1 pontos, o menor nível desde abril de 2021 (86,6 pontos).

Houve, em contrapartida, acomodação da tendência dos negócios para os próximos seis meses, com alta de 0,2 ponto, para 88,6 pontos – o indicador permanece abaixo dos 100 pontos desde setembro de 2021 (102,7 pontos).

A sondagem coletou informações de 1,113 mil empresas, entre os dias 1º e 24 de outubro. No mês, o Índice de Confiança da Indústria (ICI) do FGV Ibre cedeu 0,2 ponto, para 90,8 pontos, o menor nível desde agosto de 2020 (89,8 pontos). Em médias móveis trimestrais, o índice recuou 0,3 ponto, para 91,1 pontos, acumulando seu quinto resultado negativo.

FGV AGRO

Produtos alimentícios puxam alta da agroindústria

TÂNIA RABELLO/AE

A produção agroindustrial no Brasil avançou 2,5% em agosto em relação a igual mês de 2022, informou nesta sexta-feira a FGV Agro, que calcula o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro). Segundo a instituição, "foi o melhor mês de agosto dos últimos sete anos" e a expansão da agroindústria ocorreu exclusivamente pelo avanço do segmento de produtos alimentícios e bebidas, cuja alta foi de 6,2%. O segmento de produtos não-alimentícios, por sua vez, registrou novamente contração, de 1,7%.

"Como consequência do bom resultado do mês de agosto, a agroindústria reduziu suas perdas no acumulado de 2023. Até julho, a contração era de (-0,9%) e foi reduzida para (-0,4%)", informou a FGV Agro. "Por pouco, a produção agroindustrial não entrou para o campo positivo", cita a instituição, acrescentando que como base de comparação, até julho, a contração acumulada era de 0,9%. "Claramente, a agroindústria melhorou neste último mês."

Número

2,5%

Índice registrado pela produção agroindustrial no Brasil em agosto de 2023

A FGV Agro avalia também, no estudo, que dentro do setor de produtos alimentícios, o setor de alimentos de origem vegetal cresceu 15,8%, representando a sexta expansão interanual consecutiva e "o melhor mês de agosto desde 2010".

O crescimento ocorreu com o aumento da produção de produtos do refino de açúcar (26,1%), arroz (12,9%), moagem de café (12,6%), conservas e sucos (11%), moagem de trigo (11%) e óleos e gorduras (6,6%).

Em relação aos alimentos de origem animal, cujo índice apresentou alta de 3,7% em agosto deste ano em relação a igual mês de 2022, trata-se da quarta alta interanual sucessiva. No mês de agosto deste ano, o crescimento foi puxado pela alta da produção de carne bovina (9,7%), carne de suínos e de aves (3,8%) e de pescados (5,6%).

Já a queda do setor de bebidas foi causada pela redução da fabricação de bebidas não-alcoólicas (-5,7%). "Porém, vale ressaltar que essa contração se deve à larga base de comparação, uma vez que em agosto/2022, a produção de bebidas não-alcoólicas havia crescido 13,5%."

BOA VISTA

Demanda do consumidor por crédito avança 1,3%

MARIANNA GUALTER/AE

A demanda por crédito do consumidor avançou 1,3% entre os meses de agosto e setembro, em dados dessazonalizados, somando o quinto avanço mensal consecutivo. Os dados são do indicador da Boa Vista. A demanda avançou 2,1% no terceiro trimestre, em relação ao segundo, em números com ajuste.

Na série de dados original, houve avanço de 1,4% em relação a setembro de 2022, contra aumento de 7,6% em agosto na mesma base de comparação. A variação acumulada em 12 meses acelerou de 2,9% em agosto para 3,2% para setembro. O crescimento acumulado no ano, em contrapartida, desacelerou de 4,7% para 4,4%.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Rio de Janeiro

ENERGIA

Angra 1 inicia parada programada por 50 dias

DENISE LUNA/AE

A Eletronuclear realiza a partir deste sábado uma parada programada da usina nuclear Angra 1, no Rio de Janeiro, para reabastecimento de um terço de combustível, além de cerca de 4.800 outras tarefas. O trabalho se estende por 50 dias e conta com a participação de aproximadamente 1.300 profissionais nacionais e internacionais. Durante esse período, a usina não vai gerar energia, sendo desconectada do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Angra 1 se junta a Angra 2, também fora do sistema para manutenção desde 24 de setembro, mas cuja volta está prevista para os próximos dias, já que o tempo de parada era de apenas 30 dias. Angra 1 tem capacidade instalada de 640 megawatts (MW) e Angra 2, de 1.350 MW.

As paradas acontecem em um momento em que os reservatórios das hidrelétricas estão cheios, reduzindo o risco de uma eventual queda de oferta.

"Esses procedimentos são fundamentais para garantir a segurança e alta disponibilidade na operação da usina. Vale ressaltar que, no caso de Angra 1, o tempo de parada será um pouco maior, visto que também serão executadas atividades que já estão na programação da extensão de vida útil da usina por mais 20 anos", diz em nota o superintendente de Angra 1, Abelardo Vieira.

Entre as inspeções, manutenções e instalações de modificações de projeto estão a substituição de barras de controle do reator, manutenção dos transformadores principais e auxiliares, revisão das turbinas de vapor e inspeção volumétrica na tampa do vaso de pressão do reator.

"As paradas ocorrem aproximadamente a cada 14 meses e são organizadas com pelo menos um ano de antecedência, levando em consideração a duração do combustível nuclear, que é composto por urânio, e as necessidades do SIN", explica Abelardo.

HOMENAGEM

Roger Waters recebe Medalha Pedro Ernesto na Câmara

VINÍCIUS LISBOA/ABRASIL

O ex-vocalista e um dos fundadores da banda de rock Pink Floyd Roger Waters recebeu a Medalha Pedro Ernesto nesta sexta-feira, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. A homenagem é a principal concedida pela casa legislativa e foi uma iniciativa da vereadora Monica Benício (PSOL).

A parlamentar destacou que Roger Waters se tornou um amigo e companheiro de luta após o assassinato de sua mulher, a ex-vereadora Marielle Franco, em 2018. Monica Benício classificou Waters como uma figura emblemática na luta por direitos humanos e justiça social.

"Esse homem não é apenas um artista consagrado e uma lenda do rock, mas também um ativista incansável", afirmou. "Roger é um grande companheiro da luta por justiça para Marielle e pelos direitos humanos. Ele compreende que a paz não é apenas a ausência da guerra, mas a presença de justiça, igualdade e liberdade".

O encontro foi realizado com discrição na sede da Câmara Municipal. No início do evento, a vereadora pediu que os presentes não divulgassem fotos ou vídeos da entrega antes de seu término, por uma medida de segurança. Na plateia, estavam defensores de direitos humanos de diversas organizações, que puderam dialogar com o roqueiro britânico.

Roger Waters ficou comovido com a premiação e declarou que estar com mães, professores, defensores dos direitos humanos e ativistas de favelas era emocionante. O cantor disse que vai homenagear a ex-vereadora Marielle Franco em seu show no Rio de Janeiro neste sábado, revelou que sua mãe foi uma grande inspiração em sua luta pelos direitos humanos e o ensinou que era preciso recorrer à leitura para tomar decisões difíceis.

"Ela me disse que a partir daí já teria feito a parte mais difícil e depois viria a parte mais fácil, fazer a coisa certa. Minha mãe já faleceu há muitos anos, mas carrego esse presente comigo até hoje", afirmou o músico inglês.

O músico avalia que o mundo inteiro está diante de uma encruzilhada, e que é preciso retornar à leitura da Declaração Universal dos Direitos Humanos e sonhar com um futuro em que os direitos humanos sejam respeitados em todas as nações e para todas as pessoas, independentemente de etnia, religião ou nacionalidade.

SUMICITY TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF Nº 07.714.104/0001-07 - NIRE: 33300328980
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2023

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 23 de outubro de 2023, às 12 horas, na sede da Sumicity Telecomunicações S.A. ("Emissora"), localizada na cidade de Carmo, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Presidente Getúlio Vargas, 148, 3º e 4º andares, Centro, CEP 28640-000. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação da convocação, conforme o disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações") e do parágrafo 3º, do artigo 9º do Estatuto Social da Emissora, em virtude da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Emissora. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Cínthia Bravo Foroni; Secretária: Lóren Cristine Ribeiro Dias. **4. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre: no âmbito da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples da Emissora, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor total de R$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão), nominativas e escriturais, as quais serão objeto de oferta pública sob o rito de registro automático de distribuição, na forma do inciso X do artigo 26 da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente) (i) nos termos do item (xii), parágrafo 8º, artigo 9º do Estatuto Social da Emissora, a outorga da garantia de alienação fiduciária de forma compartilhada com os Debenturistas das Demais Emissões (conforme definido abaixo) nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Compartilhamento de Garantia (conforme definido abaixo), da rede de cabeamento e conectores, de titularidade da Emissora, em valor equivalente a, no mínimo, 100% (cem por cento) do saldo devedor das Debêntures (conforme abaixo definido) ("Alienação Fiduciária"); (ii) o compartilhamento da Alienação Fiduciária entre os debenturistas da 1ª (primeira), 2ª (segunda), 3ª (terceira) e 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora e debenturistas da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Ligue Móvel S.A. ("Debenturistas das Demais Emissões" e "Emissões Anteriores", respectivamente), e os Debenturistas da Emissão, de acordo com as Obrigações Garantidas de cada oferta, observada a Parte Ideal (conforme definida na Escritura de Emissão) de que cada um deles seja titular, nos termos previstos no Contrato de Compartilhamento de Garantia (conforme definido abaixo) ("Compartilhamento de Garantia"); (iii) nos termos do artigo item (xii), parágrafo 8º, artigo 9º do Estatuto Social da Emissora, a outorga da garantia de cessão fiduciária do fluxo financeiro decorrente do recebimento de todos e quaisquer valores depositados e a serem depositados em conta corrente de movimentação restrita ("Conta Vinculada"), oriundos de contratos comerciais celebrados com novos clientes da Emissora e da Conta Vinculada ("Cessão Fiduciária" e em conjunto com a Alienação Fiduciária, as "Garantias Reais"); (iv) a autorização aos membros da diretoria da Emissora ou de procuradores validamente constituídos para praticar todos os atos necessários para a formalização das deliberações acima mencionadas, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e à constituição das Garantias Reais, incluindo, mas sem limitação, a escritura de emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão"), o contrato de alienação fiduciária ("Contrato de Alienação Fiduciária"), o contrato de cessão fiduciária ("Contrato de Cessão Fiduciária" e em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária, os "Contratos de Garantia") e o Contrato de Compartilhamento (conforme definido abaixo); e (v) a ratificação de todos os atos já praticados pelos administradores e procuradores da Emissora relacionados à Oferta e aos Contratos de Garantia. **5. DELIBERAÇÕES:** dando prosseguimento aos trabalhos, o Sr. Presidente submeteu à apreciação dos Srs. membros do Conselho de Administração da Emissora os assuntos da ordem do dia. Após os esclarecimentos prestados acerca da necessidade de realização da Oferta, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade: **(i)** Aprovaram, nos termos do Estatuto Social da Emissora, a outorga da Alienação Fiduciária de forma compartilhada com os Debenturistas das Demais Emissões; **(ii)** Aprovaram o Compartilhamento de Garantia, de acordo com o disposto na Escritura de Emissão e observados os termos e condições a serem previstos no contrato de compartilhamento de garantia a ser celebrado entre os Debenturistas da Oferta, representados pelo Agente Fiduciário, agindo em benefício dos Debenturistas da Emissão, e os Debenturistas das Demais Emissões, representados pelo Agente Fiduciário, agindo em benefício dos Debenturistas das Demais Emissões ("Contrato de Compartilhamento de Garantia"); **(iii)** Aprovaram, nos termos do Estatuto Social da Emissora, a outorga da Cessão Fiduciária; **(iv)** Autorizaram os membros da Diretoria da Emissora e seus respectivos representantes legais a praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão e da Oferta acima deliberadas, inclusive, mas não somente: (a) discutir e celebrar a Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, bem como seus eventuais aditamentos, de acordo com as condições determinadas nesta reunião do Conselho de Administração e outras que os membros do Conselho de Administração e procuradores entendam necessárias, sem prejuízo de qualquer outro documento que se faça necessário; (b) negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão, à Oferta, aos Contratos de Garantia, ao Compartilhamento de Garantia, ao Contrato de Compartilhamento de Garantia e às Garantias Reais; e (c) praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas, definir e aprovar o teor dos documentos da Emissão, da Oferta, dos Contratos de Garantia, do Compartilhamento de Garantia, do Contrato de Compartilhamento de Garantia e das Garantias Reais e assinar os documentos necessários à sua efetivação, inclusive, dentre outros, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3 ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação da Emissão; e **(iii)** Ratificam todos os atos já praticados pela diretoria e procuradores da Emissora relacionados à Emissão, à Oferta, dos Contratos de Garantia e às Garantias Reais. **6. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, lida, conferida, achada conforme e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Conselheiros Presentes**: Pedro Pullen Parente, Alexandre Milani de Oliveira Campos, Eduardo Sirotsky Melzer, Loïc Pierre Louis Le Penven, Luciana Antonini Ribeiro, Vicente Sérgio Da Silva Gomes, Francisco Helionidas Diógenes Pinheiro Neto. Carmo, 23 de outubro de 2023. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. **MESA:** Cínthia Bravo Foroni - Presidente. Lóren Cristine Ribeiro Dias - Secretária. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: SUMICITY TELECOMUNICAÇÕES S.A. NIRE: 333.0032898-0 Protocolo: 00-2023/829915-5 Data do protocolo: 24/10/2023. CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/10/2023 SOB O NÚMERO 00005761379 e demais constantes do termo de autenticação. Autenticação:46B6CAFE11B85785709E5D6E46298B2C7A7EC69877FFB0435008E4A520D483C6. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral

SUMICITY TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF Nº 07.714.104/0001-07 - NIRE: 33300328980
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2023

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 23 de outubro de 2023, às 10 horas, na sede da Sumicity Telecomunicações S.A. ("Emissora"), localizada na cidade de Carmo, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Presidente Getúlio Vargas, 148, 3º e 4º andares, Centro, CEP 28640-000. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação da convocação, conforme o disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"), em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Cínthia Bravo Foroni; Secretária: Lóren Cristine Ribeiro Dias. **4. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre: (i) a realização da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples da Emissora, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor total de R$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão), nominativas e escriturais, as quais serão objeto de oferta pública sob o rito de registro automático de distribuição, na forma do inciso X do artigo 26 da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente); (ii) a autorização aos membros da diretoria da Emissora ou de procuradores validamente constituídos para praticar todos os atos necessários para a formalização das deliberações acima mencionadas, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão, incluindo, mas sem limitação, a escritura de emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão"), o contrato de distribuição ("Contrato de Distribuição"), e (iii) a ratificação de todos os atos já praticados pelos administradores e procuradores da Emissora relacionados à Oferta. **5. DELIBERAÇÕES:** dando prosseguimento aos trabalhos, a Sra. Presidente submeteu à apreciação dos Srs. acionistas os assuntos da ordem do dia. Após os esclarecimentos prestados acerca da necessidade de realização da Oferta, os acionistas, por unanimidade: **(i)** Aprovaram, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a realização da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples da Emissora, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor total de R$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) ("Debêntures") na Data de Emissão ("Emissão"), a qual terá as seguintes características e condições: **(a) Valor Total e Data da Emissão:** O valor total da Emissão será de R$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais). **(b) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 140.000 (cento e quarenta mil) Debêntures. **(c) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). **(d) Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário:** O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. **(e) Número de Séries:** A Emissão será realizada em uma única série. **(f) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiados eletronicamente na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do titular de Debêntures ("Debenturista"), que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. **(g) Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória. **(h) Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado, amortização extraordinária e/ou vencimento antecipado, as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento"). **(i) Regime de Colocação e Procedimento de Distribuição das Debêntures:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures. **(j) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 ("Primeira Data de Integralização"). Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida), calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização. As Debêntures poderão ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido a exclusivo critério dos Coordenadores, e em comum acordo, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, desde que referido ágio ou deságio seja aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures integralizadas. **(k) Destinação dos Recursos:** Os recursos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados para o *liability management* da Emissora, bem como para reforço de caixa. **(l) Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios, correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa ("*Spread*") de 3,20% (três inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido), conforme o caso, até a Data de Pagamento da Remuneração subsequente, de acordo com a fórmula constante na Escritura de Emissão ("Remuneração"). **(m) Amortização**. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, do Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo), da Aquisição Facultativa (conforme definido abaixo) ou da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures (conforme definido abaixo), nos termos previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 8 (oito) parcelas semestrais iguais e sucessivas, a partir da Data de Emissão, sendo que a primeira parcela será devida, após 18 (dezoito) meses da Data de Emissão, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures a serem indicadas na Escritura de Emissão. **(n) Pagamento da Remuneração**: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, do Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo), da Aquisição Facultativa (conforme definido abaixo) ou da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures (conforme definido abaixo), nos termos previstos na Escritura de Emissão, A Remuneração será paga semestralmente, conforme cronograma de pagamentos descrito na Escritura de Emissão, sendo cada data de pagamento da Remuneração denominada "Data de Pagamento da Remuneração". **(o) Repactuação Programada**: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. **(p) Resgate Antecipado Facultativo Total:** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após 18 (dezoito) meses da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor a ser pago aos Debenturistas ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total") será equivalente (a) ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), se for o caso, devidos e ainda não pagos, calculados *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total e (c) de prêmio *flat*, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de acordo com a fórmula e a tabela a serem descritas na Escritura de Emissão. **(q) Amortização Extraordinária Facultativa:** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após 18 (dezoito) meses da Data de Emissão, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária"). Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor a ser pago aos Debenturistas ("Valor da Amortização Extraordinária") será equivalente (a) ao percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem amortizadas, acrescido (b) da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, devidos e ainda não pagos, calculados *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data da Amortização Extraordinária e (c) de prêmio *flat*, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de acordo com fórmula e a tabela a serem descritas na Escritura de Emissão. **(r) Oferta de Resgate Antecipado:** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada na forma a ser descrita na Escritura de Emissão. **(s) Vencimento Antecipado:** As Debêntures estarão sujeitas às hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático a serem definidas na Escritura de Emissão. **(t) Forma e Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na B3 (a) na sede da Emissora ou do agente de liquidação; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim. **(u) Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios"). **(v) Garantias Reais:** Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão, da Remuneração e dos Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais ou acessórias, presentes e/ou futuras, previstas na Escritura de Emissão, incluindo qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrida pelo agente fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou da Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, incluindo honorários e despesas advocatícias e/ou, quando houver, verbas indenizatórias devidas pela Emissora, incluindo também, mas não se limitando, as remunerações do agente fiduciário, do agente de liquidação e escriturador ("Obrigações Garantidas"), as Debêntures contarão com as seguintes garantias: (a) alienação fiduciária de forma compartilhada com os Debenturistas das Demais Emissões (conforme definido abaixo) nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Compartilhamento (conforme definido abaixo), da rede de cabeamento e conectores, de titularidade da Emissora, em valor equivalente a, no mínimo, 100% (cem por cento) do saldo devedor das Debêntures ("Alienação Fiduciária"); (b) cessão fiduciária do fluxo financeiro decorrente do recebimento de todos e quaisquer valores depositados e a serem depositados em conta corrente de movimentação restrita ("Conta Vinculada"), oriundos de contratos comerciais celebrados com novos clientes da Emissora e da Conta Vinculada ("Cessão Fiduciária" e em conjunto com a Alienação Fiduciária, as "Garantias Reais"). Os debenturistas da 1ª (primeira), 2ª (segunda), 3ª (terceira) e 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora e debenturistas da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Ligue Móvel S.A. ("Debenturistas das Demais Emissões") e os Debenturistas da presente Emissão compartilharão a Alienação Fiduciária de acordo com as Obrigações Garantidas de cada oferta, observada a Parte Ideal (conforme definida na Escritura de Emissão) de que cada um deles seja titular, nos termos previstos no Contrato de Compartilhamento de Garantia (conforme definido abaixo) ("Compartilhamento de Garantia"). Os demais termos e condições do Compartilhamento de Garantia, serão previstos no contrato de compartilhamento de garantia a ser celebrado entre as partes aplicáveis ("Contrato de Compartilhamento de Garantia"). **(w) Garantia Fidejussória:** EB Fibra Participações S.A. ("EB Fibra") e a DB3 Serviços de Telecomunicações S.A. ("DB3" e, em conjunto com a EB Fibra, "Fiadoras"), se obrigarão, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadoras, principais pagadoras e solidariamente com a Emissora, responsáveis por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures, da Escritura de Emissão e demais documentos da Oferta, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada, em garantia do pagamento fiel, pontual e integral das Obrigações Garantidas ("Fiança" e, em conjunto com as Garantias Reais, as "Garantias"). **(x) Publicidade**: Todos os atos e decisões relativos às Debêntures ou que envolvam interesses dos Debenturistas deverão ser comunicados, na forma de aviso, no Jornal de Publicação da Emissora (conforme definido na Escritura de Emissão), sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado, e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na respectiva página do Jornal de Publicação da Emissora na rede mundial de computadores, que deverá providenciar certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), conforme disposto no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observado a legislação em vigor, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Emissora comunicar o agente fiduciário e a B3 a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao agente fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído, comunicando as partes da substituição e informando o novo veículo de publicação. **(y) Classificação de Risco**: A Emissora deverá, até 30 de junho de 2024, obter relatório de classificação de risco (*rating*) para para a Emissora expedido por agência de classificação de risco a ser escolhida entre a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's ("Agência de Classificação de Risco"). **(ii)** Autorizaram os membros da diretoria da Emissora e seus respectivos representantes legais a praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão e da Oferta acima deliberadas, inclusive, mas não somente: (a) discutir e celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, o Contrato de Compartilhamento de Garantia, bem como seus eventuais aditamentos, de acordo com as condições determinadas nesta assembleia e outras que os diretores e procuradores entendam necessárias, sem prejuízo de qualquer outro documento que se faça necessário; (b) negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão, à Oferta e às Garantias Reais, inclusive contratação dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário e, dentre outros, dos seguintes prestadores de serviços: (1) instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para serem responsáveis pela estruturação, coordenação e intermediação da distribuição das Debêntures, nos termos da Resolução CVM 160; (2) assessores jurídicos; (3) agente de liquidação e escriturador; (4) agente fiduciário; (5) a Agência de Classificação de Risco; e (6) eventuais outras instituições, fixando-lhes os respectivos honorários; e (c) praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas, definir e aprovar o teor dos documentos da Emissão, da Oferta e das Garantias Reais e assinar os documentos necessários à sua efetivação, inclusive, dentre outros, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3 ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação da Emissão; e **(iii)** Ratificam todos os atos já praticados pela diretoria e procuradores da Emissora relacionados à Emissão e à Oferta. **6. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, lida, conferida, achada conforme e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Acionistas Presentes**: EB FIBRA PARTICIPAÇÕES S.A. (representada por Lorival Luz e Felipe Matsunaga) e Vicente Gomes. Carmo, 23 de outubro de 2023. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. **MESA:** Cínthia Bravo Foroni - Presidente. Lóren Cristine Ribeiro Dias - Secretária. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: SUMICITY TELECOMUNICAÇÕES S.A. NIRE: 333.0032898-0 Protocolo: 00-2023/829701-2 Data do protocolo: 24/10/2023. CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/10/2023 SOB O NÚMERO 00005761376 e demais constantes do termo de autenticação. Autenticação: 32B01F641F4729792A6FD9F0210BAEC6340F39313FECF567CCE493F78A024563. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral

PRIMAVERA: Sol com poucas nuvens. Chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 30º 19º 85% 05:22 18:18

GUERRA

Israel aumenta ataques e pode desencadear invasão total em Gaza

Autoridades militares de Israel informaram nesta sexta-feira que as forças terrestres do Exército estão expandindo ataques na Faixa de Gaza, à medida que se aproxima de uma invasão total do território sitiado. A internet do território foi cortada, deixando a população sem comunicação com o exterior.

O contra-almirante Daniel Hagari, porta-voz do Exército, disse que os bombardeios têm como alvo túneis do Hamas e outros alvos. "Além dos ataques que realizamos nos últimos dias, as forças terrestres estão expandindo sua atividade esta noite", disse. "As IDF (Forças de Defesa de Israel, na sigla em inglês) estão agindo com grande força para alcançar os objetivos da guerra".

O objetivo expresso de Israel é exterminar o grupo terrorista Hamas, que atacou o país no dia 7, deixando 1,4 mil mortos. Centenas de milhares de soldados israelenses se concentram na fronteira com Gaza à espera da ordem para iniciar a ofensiva terrestre. Ao menos duas incursões terrestres com tanques foram feitas nos arredores da Cidade de Gaza nos últimos dias.

A invasão terrestre dará início a uma nova fase na guerra, afirmam as autoridades. O ministro da Defesa de Israel, Yoav Gallant, descreveu a etapa terrestre como "cansativa e aberta" devido às características de combates urbanos, em geral lentos, longos e sangrentos. Segundo Gallant, Israel tem atuado para destruir a rede de túneis do Hamas, que oferece uma vantagem para os terroristas no campo de batalha. Ele também afirmou que espera uma fase de combates de baixa intensidade enquanto Israel destrói "bolsões de resistência".

Os objetivos militares também deixam dúvidas sobre o que acontecerá na Faixa de Gaza se o Hamas for exterminado. O grupo comanda o enclave. Israel afirma que não quer ocupá-lo após destituir o grupo terrorista.

Os bombardeios de Israel em Gaza em retaliação ao dia 7 de outubro causaram 7,3 mil mortes de civis, segundo o Ministério da Saúde de Gaza, comandado pelo braço político do Hamas. Ante o questionamento sobre os números, a autoridade divulgou na quinta-feira uma lista detalhada de nomes e identificação dos mortos que incluem mais de 3 mil crianças e 1,5 mil mulheres.

O número total de mortes excede em muito a soma de todas as vítimas fatais das quatro guerras anteriores entre Israel e o Hamas, estimado em cerca de 4 mil. Espera-se que uma invasão terrestre cause baixas ainda maiores em ambos os lados, enquanto as forças israelenses e o Hamas lutam entre si em áreas residenciais densas.

A Companhia de Telecomunicações da Palestina anunciou "uma interrupção completa de todos os serviços de comunicação e internet" devido aos bombardeios. A Crescente Vermelho disse que todas as comunicações de telefone fixo, celular e internet foram cortadas e que a organização perdeu todo o contato com sua sala de operações e equipes médicas. A instituição disse temer que as pessoas não consigam mais entrar em contato com os serviços de ambulância.

Comunicação da Embaixada com brasileiros é cortada

FELIPE FRAZÃO/AE

Bombardeios das Forças de Defesa de Israel cortaram nesta sexta-feira a comunicação entre o Escritório de Representação do Brasil em Ramala e os brasileiros que tentam fugir da Faixa de Gaza. O grupo de cerca de 30 brasileiros, porém, está em segurança, segundo o Itamaraty.

Mais cedo, o serviço de telecomunicações local foi afetado pelos ataques aéreos israelenses, informou em comunicado a empresa palestina Jawwal, responsável pela conectividade em Gaza.

O Itamaraty confirmou as dificuldades de contato e a interrupção temporária, mas disse que o embaixador Alessandro Candeas, chefe da representação brasileira na Palestina, conseguiu comunicação com um dos brasileiros hospedados em Rafah.

"Segundo o relato, há bombardeios intensos, mas os brasileiros estão em segurança", informou o Ministério das Relações Exteriores. A queda no serviço de telefonia e internet em Gaza ocorreu por volta das 14h desta sexta-feira, no horário de Brasília, e às 20h, no fuso de Gaza.

Desde que o governo federal iniciou uma operação de repatriação de brasileiros na região, anunciada em 8 de outubro, o grupo de brasileiros tenta deixar a Faixa de Gaza, onde há risco de uma iminente invasão por terra.

Além disso, convivem com escassez de itens básicos, como água potável, alimentos e medicamentos, por causa do cerco israelense e dos bombardeios frequentes, inclusive no parte sul, para onde civis deveriam ir, segundo o ordem de evacuação emitida por Israel.

O comboio brasileiro foi dividido em dois, cada um com 16 pessoas. Há 8 mulheres e 13 crianças entre eles. Um está abrigado em Khan Yunis, e o outro em Rafah, ambos a não mais que dez quilômetros da fronteira com o Egito. Eles aguardam aval para cruzarem a passagem de pessoas ao Sinai, por parte do governo de Israel.Um avião da Presidência da República está no Egito à espera para trazer o grupo ao Brasil.

Nota

CARRO DE EMBAIXADA DO BRASIL É DETIDO COM COCAÍNA; VEÍCULO FOI FURTADO, DIZ ITAMARATY

Um carro da embaixada brasileira em Sófia, na Bulgária, foi detido no posto de fronteira de Kapakule, na Turquia, carregando mais de 50 quilos de cocaína, relatou o jornal búlgaro 24 Chasa. O Itamaraty confirmou o ocorrido, afirmando que o veículo foi furtado por um funcionário local. De acordo com a imprensa búlgara, o carro com placa diplomática chegou a Kapakule vindo da passagem de fronteira búlgara. Os funcionários da alfândega submeteram o carro à inspeção e encontraram cerca de 55 quilos em cocaína. O motorista e um passageiro, cujos nomes não foram divulgados, foram detidos sob acusação de tráfico de drogas. O Itamaraty confirmou o incidente e informou que o "carro foi furtado das dependências da Embaixada por um dos funcionários contratados locais, sem a participação de qualquer integrante do Serviço Exterior Brasileiro."

ORÇAMENTO

'Dificilmente chegaremos à meta de déficit zero em 2024', diz Lula

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta sexta-feira que "dificilmente" o governo cumprirá a meta de zerar o déficit primário (resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública) em 2024. Durante café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, Lula disse que não quer fazer corte em investimentos em obras.

"Tudo que a gente puder fazer para cumprir a meta fiscal a gente vai cumprir. O que eu posso dizer é que ela não precisa ser zero, o país não precisa disso. Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue a começar o ano fazendo corte de bilhões nas obras que são prioritárias para esse país. Eu acho que muitas vezes o mercado é ganancioso demais e fica cobrando uma meta que ele sabe que não vai ser cumprida", disse o presidente. "E se o Brasil tiver déficit de 0,5%, de 0,25%, o que é? Nada", acrescentou Lula.

O novo arcabouço fiscal aprovado pelo Congresso Nacional em agosto estabelece uma meta de resultado primário zero para o próximo ano, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual, podendo chegar a um superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) ou déficit na mesma magnitude.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já admitiu que zerar o déficit será um desafio e que, para isso, o governo precisa da parceria com o Congresso Nacional. Nos últimos meses, o Poder Executivo enviou uma série de medidas provisórias e projetos de lei que visam reduzir ou extinguir benefícios fiscais concedidos nos últimos anos e aumentar a arrecadação do governo, que precisará de R$ 128 bilhões no próximo ano para cumprir a meta.

O projeto do Orçamento de 2024 prevê um pequeno superávit primário de R$ 2,84 bilhões em 2024, equivalente a 0% do PIB.

O presidente Lula afirmou que está otimista com a economia e espera um crescimento do PIB em 3% ou mais em 2023. Para 2024, segundo ele, apesar de ser um "ano difícil" para economia mundial, o governo está trabalhando para que os problemas não se proliferem internamente.

"Nós sabemos que o ano que vem se apresenta como um ano difícil por conta da queda do investimento da China, a queda do crescimento da China, do aumento da taxa de juros americana", disse. "Não vamos ficar parados esperando que notícias ruins aconteçam, vamos trabalhar para as coisas melhorarem", acrescentou.

Para Lula, o Brasil vive um momento excepcional em relação às potencialidades da energia verde e pode atrair investimentos para gerar empregos e dinamizar a economia. Além disso, ele delegou ao vice-presidente Geraldo Alckmin, que é ministro de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e ao ministro da Casa Civil, Rui Costa, a tarefa de "vender" os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Brasil e no exterior. "O Brasil é um novo berçário de investimento", afirmou.

Lula deu as declarações em café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto. Além do presidente, participaram os ministros Paulo Pimenta (Secom) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais). Também participou a primeira-dama, Janja Lula da Silva.

Presidente cita 'circunstâncias políticas' para indicação no STF

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta sexta-feira que as indicações do novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e do novo procurador-geral da República dependem das circunstâncias políticas. Durante café da manhã com jornalistas, no Palácio do Planalto, o presidente explicou que vai indicar pessoas sérias e responsáveis, mas nomes que sejam aprovados pelo Senado.

"Vou escolher as pessoas certas, adequadas, em função das circunstâncias políticas que tenho que levar em conta", disse, sobre a aceitação da indicação pelos senadores. Segundo ele, o novo procurador precisa ser alguém que "tenha noção do papel" que exerce, que não faça política, nem "pirotecnia", que não persiga ninguém.

Nesta semana, o plenário do Senado rejeitou a indicação de Igor Roberto Albuquerque Roque para o cargo de defensor público-geral federal da Defensoria Pública da União (DPU). Foram 35 votos a favor e 38 contrários, além de uma abstenção. Seriam necessários ao menos 41 votos para a aprovação.

Para Lula, faltou articulação em torno do nome. "Talvez tenha sido culpa minha por estar internado e não ter falado com nenhum senador sobre ele", disse. Nas últimas semanas, o presidente esteve em recuperação de uma cirurgia a que foi submetido para restaurar a articulação do quadril.

Após a definição dos nomes por Lula, os indicados precisarão ser aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e pelo plenário da Casa. Em seguida, as posses são marcadas pelos respectivos órgãos.

Segundo Lula, também em função do período de afastamento para tratar da saúde, ainda não indicou os novos nomes para STF e PGR. Ainda este ano, ele também precisa fazer indicações para a diretoria do Banco Central, para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

COMPROMISSO

Brasil e Paraguai fazem acordo contra o crime

SABRINA CRAIDE/ABRASIL

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, e o presidente do Paraguai, Santiago Peña, assinaram nesta sexta-feira, em Assunção, o Compromisso de Assunção Contra a Corrupção e o Crime Organizado, que prevê a atuação conjunta entre os dois países no enfrentamento ao narcotráfico, ao contrabando de armas, à lavagem de dinheiro e à corrupção, com o objetivo de intensificar a resposta policial e jurídica às redes criminosas que alimentam o tráfico de drogas e armas e a lavagem de ativos nos dois países.

A cooperação prevê a troca de informações em relação a condenados em um dos países e que eventualmente buscam fuga na nação vizinha, além da extensão da estrutura do comando bipartite e ações coordenadas entre as polícias federais dos dois países, e ações para a política penitenciária.

Segundo o ministro Flávio Dino, o compromisso entre os dois países tem uma dimensão prática, com metas e datas. "Precisamos atuar unidos contra as organizações criminosas que atuam nesses temas de tráfico, narcotráfico, tráfico de armas, mortes violentas. Nós temos uma vivência nessas áreas e estamos aqui para aprender com as experiências do Paraguai e colaborar para que as instituições do Paraguai possam também trabalhar para melhorar a nossa segurança".

No Paraguai, Dino também participou da reunião do Comando Bipartite, para fortalecer ações de segurança nas cidades de Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul, e Pedro Juan Caballero, no Departamento Amambay, que fazem fronteira. Assinado em 2021, o Comando Bipartite é um mecanismo de cooperação policial internacional que visa estabelecer canais institucionais de apoio entre as forças policiais responsáveis pela repressão e prevenção da criminalidade transnacional, no caso do Brasil, a Polícia Federal, e do Paraguai, a Polícia Nacional.

Um novo encontro entre os governos do Brasil, do Paraguai e dos demais países que compõem o Mercosul está agendado para 9 de novembro para tratar de cooperação internacional no combate a crimes cibernéticos.

IBGE

Censo aponta 6 milhões a mais de mulheres

DANIELA AMORIM/AE

O Brasil tinha 6 milhões de mulheres a mais do que homens em 2022. Dos 203.080.756 de residentes estimados, 51,5% eram mulheres (104.548.325) e 48,5% eram homens (98.532.431). Os dados são do Censo Demográfico 2022 - População por idade e sexo, divulgados nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Havia 94,2 homens para cada 100 mulheres em 2022. Nas últimas décadas, se acentuou essa diferença na "razão de sexo", índice que calcula a proporção de homens para cada grupo de 100 mulheres. Há 40 anos, em 1980, havia 98,7 homens para cada 100 mulheres no País. Em 2010, eram 96 homens para cada 100 mulheres.

A razão de sexo por grupos etários mostra maior proporção de homens desde o nascimento até os 24 anos. A partir do grupo etário de 25 a 29 anos, cresce a proporção de mulheres.

USP

Estudantes em greve ocupam administração

DA AGÊNCIA BRASIL

Estudantes da Universidade de São Paulo (USP) em greve ocuparam o prédio central da administração da instituição após comunicado da reitoria informar que o calendário acadêmico não seria alterado e que os grevistas poderiam ser reprovados por falta.

De acordo com o comando de greve dos estudantes, a ocupação reúne alunos das faculdades de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), de Arquitetura, Urbanismo e Design e da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), que fica na zona leste da cidade. Estas são as unidades que continuam sem aulas. Estudantes de outros cursos apoiam o movimento, mas não estão em greve.

A mobilização dos estudantes começou em 19 de setembro na FFLCH e, dias depois, vários institutos da universidade aderiram ao protesto. Entre as reivindicações, está a recomposição do quadro de professores. A paralisação completou cinco semanas. Segundo o comunicado da Reitoria, a partir da sexta semana de paralisação, os estudantes não terão mais como repor as aulas. O calendário acadêmico não vai ser alterado e termina no dia 22 de dezembro, informa o texto.

A Associação de Docentes da USP (Adusp) diz que recebeu o informe com "indignação" e encaminhou ofício ao Conselho de Graduação da USP, no qual pede revogação da normativa. "É retaliação ao movimento estudantil, uma vez que limita a possibilidade de reposição de aulas e estabelece redução no percentual de frequência, o que pode resultar em reprovações indevidas e injustificadas."

Em nota divulgada nesta sexta-feira, o reitor Carlos Gilberto Carlotti Junior nega que a intenção do comunicado tenha sido a de "promover perseguição e retaliação de qualquer natureza". Segundo Carlotti Junior, a circular pretendia alertar a comunidade acadêmica para a necessidade de encerrar em bom termo o semestre letivo. A nota informa ainda que as unidades que tiveram paralisação poderão fazer adaptações de conteúdo nas disciplinas até 22 de dezembro, data final do ano letivo. As notas relativas a essas disciplinas serão lançadas até o dia 9 de fevereiro de 2024, conforme calendário vigente.

"Torna-se factível o cumprimento da frequência mínima exigida regimentalmente. Caberá a cada docente, em consonância com sua unidade, consolidar a frequência dos estudantes no semestre, levando em consideração as situações específicas. Portanto, com a volta às aulas, não há risco de que alunas e alunos, especialmente do primeiro ano, venham a ser prejudicados", diz o texto.

USP LESTE

O prédio principal da USP Leste, onde funciona a Escola de Artes, Ciências e Humanidades, está ocupado há 47 dias, conforme informações do comando de greve dos estudantes. "Ontem (quinta-feira), votamos em assembleia, a maior que já tivemos neste ano, com 500 estudantes presentes e mais 500 acompanhando online, para manter a greve por prazo indeterminado", disse a estudante de marketing Giulia Baffini.

"Nossas demandas ainda não foram atendidas: dos 148 professores que a reitoria propôs contratar, temos expectativa de que apenas três venham para a EACH, o que não chega nem perto de atender a demanda de 51 professores que temos na nossa unidade", acrescentou a estudante.